

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Desafios para a Aplicação Efetiva das Leis Ambientais no Brasil

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Danielle Cristina Costa

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Os recursos naturais estão sofrendo impactos ambientais visíveis, o que, por sua vez, prejudica a sociedade em geral (Silva et al., 2015). Neste contexto, o Direito Ambiental tem sido fundamental para reduzir estes danos (Barbosa & Nunes, 2022). Com base nisto, este resumo expandido aborda a relação entre Sustentabilidade e Direito, com foco nas contribuições do Direito Ambiental para a promoção do desenvolvimento sustentável, destacando-se a relevância da efetiva aplicação das leis ambientais no Brasil para a redução da degradação ambiental.

Nesse cenário, o Direito Ambiental emerge como um mecanismo para regular essas novas demandas, buscando prevenir a degradação do meio ambiente (Rammel & Staudinger, 2002), o que se mostra como um requisito fundamental para promover o desenvolvimento sustentável. O resumo traz ainda alguns dos desafios e perspectivas para a implementação eficaz das políticas ambientais neste país.

Objetivo

Investigar o papel do Direito Ambiental na promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, destacando desafios e impactos da degradação ambiental. O estudo visa contribuir para um desenvolvimento equitativo e responsável, fortalecendo a eficácia do Direito Ambiental e fomentando a sustentabilidade nacional, através de estratégias legais e políticas públicas.

Material e Métodos

Para a elaboração deste resumo, foi realizada uma revisão bibliográfica que incluiu artigos científicos relacionados ao Direito Ambiental, desenvolvimento sustentável e políticas ambientais no contexto brasileiro. A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico e Scielo, além de bibliotecas digitais de universidades, utilizando termos de pesquisa relevantes, como "Direito Ambiental Brasil", "desenvolvimento sustentável", "políticas ambientais" e outros. Publicações mais recentes foram incluídas para garantir a relevância e atualidade das informações. A seleção dos materiais foi realizada com base em critérios de inclusão, como pertinência ao tema, qualidade da pesquisa e originalidade do conteúdo. Os dados foram analisados qualitativamente para identificar padrões, tendências e desafios relacionados à implementação eficaz das leis ambientais no Brasil e seu impacto na promoção do desenvolvimento sustentável.

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Resultados e Discussão

Os resultados da revisão bibliográfica destacam a importância do Direito Ambiental na promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil. Segundo Silva (2002), a legislação ambiental brasileira é afetada por uma série de fatores, incluindo questões socioeconômicas e influências externas decorrentes da globalização. Essas falhas na legislação podem permitir o descaso de empresas e indivíduos, contribuindo para danos ambientais irreparáveis. Além disso, Maia (2008) destaca a desigualdade social e os conflitos de interesses como obstáculos significativos para uma implementação eficaz das leis ambientais. A falta de fiscalização adequada, a burocracia excessiva e a corrupção também são apontadas como desafios importantes. Além disso, a falta de integração entre as políticas ambientais e outras políticas setoriais dificulta ainda mais os esforços para alcançar um desenvolvimento mais sustentável abrangente.

Conclusão

Este resumo aborda alguns dos desafios na aplicação das leis ambientais no Brasil e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Para promover esse desenvolvimento, são necessárias medidas urgentes, como fortalecer instituições, melhorar fiscalização e promover conscientização. Destaca-se a importância de uma revisão da legislação, com foco na fiscalização e cumprimento das normas, integrando os princípios do Direito Ambiental para garantir a proteção do meio ambiente e o bem-estar social.

Referências

Barbosa, A. S., & Nunes, M. S. (2022). Direito ambiental e sustentabilidade: uma visão geral da literatura. In M. S. Nunes (Org.), *Estudos em Direito Ambiental: Territórios, racionalidade e decolonialidade* (pp. 307-324). Campina Grande: Ed. Licuri.

Maia, R. M. (2008). *Paradoxos da legislação ambiental: Uma análise de alguns dos conflitos socioambientais em torno das monoculturas de eucalipto na Comunidade de Cana Brava - Norte de Minas Gerais*. Dissertação da UNIMONTES - MG.

Rammel, C., & Staudinger, M. (2002). Evolution, variability and sustainable development. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 9(4), 301–313.

Silva, A. L. M. (2002). A eficácia das normas jurídicas ambientais. www.agu.gov.br/page/download/index/id/2048795

Silva, A. M. R. C., Lopes, M. M., Ribeiro, M. L., & Teixeira, D. (2015). O Direito Ambiental e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável. *FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão*, 18(1), 24-35